

Termo de Referência 135/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
135/2024	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	DOUGLAS DE SOUZA CARVALHO	30/08/2024 13:22 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23343.002112.2024-03

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 1.1. Contratação de serviços de locação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- ITEM

Item	Especificação	CATSER	Und. Medida	Qtd.	Vr. Unitário	Vr. Total
1	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade Km	6.000	R\$ 12,31	R\$ 73.860,00
2	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista, tipo rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade Km	1.000	R\$ 8,51	R\$ 8.510,00
3	Prestação de serviço de locação de van com motorista, tipo utilitário, dotado de 15 (quinze) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade Km	1.000	R\$ 7,18	R\$ 7.180,00
4	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros	25089	Unidade Km	8.000	R\$ 12,31	R\$ 98.480,00

	sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.					
5	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista, tipo rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade Km	2.000	R\$ 8,51	R\$ 17.020,00
6	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade Km	10.000	R\$ 12,31	R\$ 123.100,00
7	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista, tipo rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade Km	2.000	R\$ 8,51	R\$ 17.020,00
8	Prestação de serviço de locação de van com motorista, tipo utilitário, dotado de 15 (quinze) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade Km	2.000	R\$ 7,18	R\$ 14.360,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

Três Corações:

- I) ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000003/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA: 266, 267, 268
- IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS
- V) Identificador da Futura Contratação: 158137-90117/2023 - DFD 184/2023

Inconfidentes

- I) ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000006/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA: 2149
- IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS
- V) Identificador da Futura Contratação: 158305-18/2024

Reitoria

- I) ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000003/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA: 590, 591, 592
- IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS
- V) Identificador da Futura Contratação: 158137-259/2024 - DFD 162/2024

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. veículos modernos que são mais econômicos e menos poluentes.

4.1.2. A presente contratação não se destina, com exclusividade à microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), com fundamento no inciso II do artigo 10 do Decreto Federal nº 8.538/2015; isso, com vista a aumentar a competitividade entre os participantes.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.2.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento), para cada item.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A contratação não envolve disponibilização em tempo integral de veículos e motoristas na sede da CONTRATANTE, sendo os serviços prestados sob demanda, a partir de chamados formalizados.

5.1.2. A solicitação do serviço de transporte será informada à CONTRATADA, através de Ordem de Serviços, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, onde constarão todas as informações pertinentes à viagem. A lista dos nomes dos usuários poderá ser enviada em até 24 (vinte e quatro) horas;

5.1.3. A contratada deverá disponibilizar um canal de comunicação imediata (telefone ou e-mail) para sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis;

5.1.4. A CONTRATADA deverá providenciar uniforme e crachá para os motoristas de forma que ele possa ser

devidamente identificado. Os motoristas deverão portar habitualmente Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com a categoria exigível para condução do veículo, de acordo com a legislação vigente e dentro do prazo de validade;

5.1.5. As despesas com alojamento e alimentação do motorista e a guarda do veículo durante o trajeto, serão de responsabilidade da CONTRATADA;

5.1.6. Todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão estar com o seguro obrigatório, seguro do veículo, seguro de responsabilidade civil para os passageiros, legalmente licenciado, manutenção em dia e todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação e resoluções pertinentes. Tais despesas correrão por conta da CONTRATADA e poderão ser requisitados para análises pelo IFSULDEMINAS;

5.1.7. Em caso de falhas ocorridas durante os percursos e que impeçam o prosseguimento da viagem, a CONTRATADA deverá providenciar imediata substituição do veículo utilizado por outro de iguais características ou superior. Caso a substituição não ocorra dentro de 4 horas a CONTRATADA deverá providenciar alojamento, bebida e alimentação para os ocupantes, sem prejuízo de outras eventuais punições cabíveis no caso de inexecução do objeto;

5.1.8. O horário de apresentação do veículo (limpo, abastecido e com motorista) no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 20 (vinte) minutos.

5.1.9. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho a serem realizados pela contratada:

5.1.9.1. Vistoriar veículo de transporte coletivo (check-list): conferir documentação do veículo e tacógrafo; examinar níveis de óleo (do motor, hidráulico, etc) e água; vistoriar funcionamento dos equipamentos internos do veículo, incluindo os cintos de segurança e ar-condicionado; examinar estado de conservação da parte interna do veículo; conferir dados do painel de instrumentos, bem como estado do estepe, chave de roda e triângulo; verificar regulagem das luzes dianteiras e traseiras; conferir equipamentos e acessórios; examinar pneus, vidros, limpador de para-brisas; examinar validade do extintor de incêndio; Realizar pequenos reparos no veículo; trafegar com velocidade compatível com o local; prestar socorro aos passageiros e a terceiros, aguardando instruções dos usuários para prosseguimento das viagens;

5.1.9.2. Verificar itinerário de viagens: Ler guias de ruas; parar em locais pré-estabelecidos para embarque e desembarque; anotar dados do percurso; relatar atrasos, acidentes e incidentes, sempre prezando pelo trajeto mais seguro e rápido, preferencialmente em vias asfaltadas, de modo a evitar falhas na prestação dos serviços;

5.1.9.3. Controlar o embarque e desembarque de passageiros: Aguardar embarque, desembarque e acomodação de Servidores, alunos, pessoas com deficiência e pessoas com dificuldade de locomoção; Verificar se todos os ocupantes estão acomodados antes de prosseguir a viagem;

5.1.9.4. Demonstrar competências pessoais: demonstrar atenção com o público; demonstrar zelo pelo veículo; demonstrar senso de responsabilidade; prestar informações ao público; praticar pontualidade; Os motoristas devem tratar todos os usuários do serviço de forma isonômica e respeitosa e informar o itinerário da viagem, as paradas para alimentação e o tempo de permanência, de maneira clara e objetiva, todas as vezes que for solicitado.

5.1.10. Em caso de acidente, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

5.1.10.1. Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

5.1.10.2. Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

5.1.10.3. Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato;

5.1.10.4. Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

5.1.10.5. Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

5.1.10.6. Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário.

5.1.10.7. Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

5.1.10.7.1. Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

5.1.10.7.2. Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

5.1.10.7.3. Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

5.1.10.7.4. Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados com partida de início nos seguintes endereços:

Três Corações: Itens 1, 2 e 3

R. Cel. Edgard Cavalcanti de Albuquerque, 61 - Chácara das Rosas, Três Corações - MG, CEP 37417-158

Inconfidentes: Itens 4 e 5

Praça Tiradentes, 416 - Centro, Inconfidentes - MG, CEP 37576-000

Pouso Alegre: Itens 6, 7 e 8

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre - MG, CEP 37553.465 ou Avenida Maria da Conceição Santos, 900 - Parque Real, Pouso Alegre - MG, CEP 37560-260

5.4. Os horários de prestação de serviços serão realizados preferencialmente durante o período diurno, porém poderá ser realizadas viagens noturnas.

5.5. Se a viagem tiver previsão (ida e volta) de mais de 12 (doze) horas, a empresa de transporte deverá disponibilizar 2 (dois) motoristas para o revezamento.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a planilha de controle de viagens (anexo deste termo), para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.15.1. o prazo de validade;
- 7.15.2. a data da emissão;
- 7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.15.5. o valor a pagar; e
- 7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- Antecipação de pagamento
- 7.29. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

- 7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.30.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.31. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do

contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco) do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente ANTT/DNIT, em plena validade;

8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 359.530,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 359.530,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e trinta reais), conforme custos unitários apostos neste termo de referência.

9.2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.3.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 158137;

II) Fonte de Recursos: 1000000000 ;

III) Programa de Trabalho: 231608 ;

IV) Elemento de Despesa: 339033;

V) Plano Interno: V20RLP01PSN;

9.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. Das obrigações do contratante

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1 São obrigações do Contratante:

10.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. Das obrigações do contratado

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.2 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.5 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços e ao final da execução dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.13 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

11.1.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.1.17 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto

quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.1.21 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais de realização do evento e hospedagem, se necessário.

11.2. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.3. Todos os veículos deverão conter as seguintes especificações:

11.3.1. Equipado com todos os dispositivos de segurança de trânsito e acessórios obrigatórios;

11.3.2. Os veículos deverão ser de fabricação a partir de 2015 em perfeitas condições de conservação e higiene;

11.3.3. Equipados com ar-condicionado;

11.3.4. Direção Hidráulica;

11.3.5. Poltronas individuais com cinto de segurança.

12. Infrações e sanções administrativas

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. Obrigações pertinentes a LGPD

13. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de

documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Campus Três Corações

VIRGINIA CASTRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/08/2024 às 10:58:05.

CARLOS JOSE DOS SANTOS

Diretor-geral Pró-tempore - Campus Três Corações



Assinou eletronicamente em 29/08/2024 às 15:10:25.

LUIS ADRIANO BATISTA

Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais



Assinou eletronicamente em 30/08/2024 às 06:48:43.

HONORIO JOSE DE MORAIS NETO

Pró-reitor de Administração



Assinou eletronicamente em 30/08/2024 às 11:28:43.

CLEBER AVILA BARBOSA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/08/2024 às 10:56:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP80_2024.pdf (78.73 KB)
- Anexo II - ETP118_2024.pdf (203.86 KB)
- Anexo III - ETP51_2024.pdf (121.04 KB)

Anexo I - ETP80_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 80/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23343.002112.2024-03

2. Objeto

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS CAMPUS TRÊS CORAÇÕES IFSULDEMINAS

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Planejamento	Virgínia Castro

4. Descrição da necessidade

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS CAMPUS TRÊS CORAÇÕES IFSULDEMINAS

Contratação de serviços de locação de veículos para o Campus Três Corações IFSULDEMINAS para suprir necessidade de transporte coletivo para atendimento das demandas das visitas técnicas dos PPCs dos cursos ofertados pelo campus e os eventuais deslocamentos de alunos e servidores para realização de atividades esportivas, participação em cursos, reuniões e treinamentos.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de serviços de locação de veículos por quilômetro rodado com motorista para o Campus Avançado de Três Corações do IFSULDEMINAS, por meio de Ata de Registro de Preços por intermédio do Pregão Eletrônico.

Os serviços deverão ser prestados conforme a demanda da instituição, alinhadas ao calendário acadêmico e aos planejamentos das áreas de administração e de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à disponibilidade orçamentária do Campus Três Corações.

Caberá ao contratante definir os locais e os horários de saída e de retorno, bem como a aceitação ou não, no ato da viagem, do veículo apresentado para prestação dos serviços.

Deverão ser observados para execução dos serviços, além de outras exigências legais:

- 1 - Apresentação de Veículo limpo e higienizado.
- 2 - Os veículos deverão estar equipados com sistema de rastreamento.
- 3 - Os veículos deverão estar em plenas condições de uso para deslocamentos de longas distâncias, com as manutenções em dia e bom aspecto de conservação, conforto e higiene,
- 4 - Deverão ser consideradas nos aspectos de sustentabilidade, se possível, veículos pesados movidos à biodiesel ou combustíveis renováveis.
- 5 - A manutenção veicular deve estar em dia, conforme recomendado pelo fabricante dos veículos.
- 6 - A contratada deverá apresentar de seguro coletivo para os passageiros.

6. Levantamento de Mercado

Ata de Registro de Preços nº 032/2021

Processo Licitatório nº 022/2021Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 016/2021

Tipo: Menor preço por item

Vigência: 12 (doze) mesesPrefeitura Municipal de Lagoa Santa

OBJETOA presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM COMBUSTÍVEL, MOTORISTA E SISTEMA DE RASTREAMENTO, ATRAVÉS DO REGIME DE QUILOMETRO RODADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG, conforme especificações constantes do Anexo Único desta Ata de Registro de Preços, e mediante expedição, pelo CONTRATANTE, da competente ordem de serviço.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2020 – SEAD/GEACPROCESSO Nº 201900005012848 ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO ESPECÍFICO PARA MONITORAMENTO DE VEÍCULO EM TEMPO REAL (RASTREADOR), MANUTENÇÃO, LIMPEZA, SEGURO E QUILOMETRAGEM LIVRE, ATENDENDO A NECESSIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, PELO PERÍODO DE 20 (VINTE) MESES, PRORROGÁVEIS ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES, CONFORME ART. 57, INC. II DA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 8666 /93 EM QUANTIDADES DESCRITAS NESTE TERMO

7. Descrição da solução como um todo

Intenção de Registro de Presços, por meio de Pregão Eletrônico, para homologação de Ata de Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos com motorista sob demanda, com fornecimento de combustível e remunerado pelo sistema de quilômetros rodados, para transporte coletivo de passageiros para atender às necessidades do Campus Três Corações do IFSULDEMINAS, conforme itens constantes na tabela abaixo:

1. TABELA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	6.000
2	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista, tipo	25089	Unidade	1.000

	rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.			
3	Prestação de serviço de locação de van com motorista, tipo utilitário, dotado de 15 (quinze) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	1.000

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades, bem como o detalhamento dos itens estão descritos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	6.000	R\$ 12,31	R \$ 73.860,00
2	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista, tipo rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto	25089	Unidade	1.000	R\$ 8,51	R \$ 8.510,00

	de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.					
3	Prestação de serviço de locação de van com motorista, tipo utilitário, dotado de 15 (quinze) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	1.000	R\$ 7,18	R \$ 7.180,00

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 89.550,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 89.550,00 (oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais), conforme custos unitários detalhados na Tabela do Item 8 - Estimativas das Quantidades a serem Contratadas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens serão parcelados em conformidade com as demandas de utilização, os quantitativos de passageiros e a disponibilidade orçamentária. A medição será sobre demanda com base nas quilometragens de ida e volta das localidades.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existe contratação correlata para os itens no Campus Av. Três Corações.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- 1. ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000003/2024
- 2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- 3. Id do item no PCA: 266, 267, 268
- 4. Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS
- 5. Identificador da Futura Contratação: 158137-90117/2023 - DFD 184/2023

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados serão aqueles relacionados com as atividades de extensão da área de ensino, viabilizando as visitas técnicas dos estudantes dos cursos integrados e subsequêntes ofertados pelo Campus, bem como, as funções meio da área administrativa, garantindo o deslocamento coletivo dos servidores para reuniões e cursos coletivos em outras localidades e campi do IFSULDEMINAS.

14. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem tomadas para execução desta contratação

15. Possíveis Impactos Ambientais

A solução prevista engloba aspectos ambientais sustentáveis com a previsão da preferência para utilização de veículos modernos e de preferência com a utilização de combustíveis ecologicamente responsáveis, como o biodiesel e outros combustíveis de fontes renováveis, bem como a exigência de veículos modernos que são mais econômicos e menos poluentes.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Atende as necessidades do Campus.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VIRGINIA CASTRO

Diretora de Administração e Planejamento Substituta



Assinou eletronicamente em 18/07/2024 às 15:56:18.

Anexo II - ETP118_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 118/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23343.002112.2024-03

2. Objeto

Locação de veículos com motoristas para atendimento da Reitoria e Campus Pouso Alegre, com deslocamento a partir da sede da Reitoria.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETOR DE MATERIAIS E LOGÍSTICA	REGINALDO DE OLIVEIRA
Diretoria de Desenvolvimento e Relações Institucionais - DDRI Luis Adriano Batista	

4. Descrição da necessidade

A necessidade de contratação de aluguel de veículos para o IFSULDEMINAS, no período de 2024 a 2028, está alinhada às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e visa atender às demandas de mobilidade das diversas unidades da instituição. O serviço de locação de veículos será essencial para apoiar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo a participação dos estudantes e servidores em visitas técnicas, capacitações, eventos acadêmicos, feiras científicas e reuniões intercâmpis, entre outros compromissos institucionais.

A locação de veículos permitirá a execução de visitas técnicas que compõem a formação complementar dos estudantes, oferecendo experiências práticas que consolidam o aprendizado teórico, além de possibilitar o contato com o mercado de trabalho, empresas e setores produtivos. Para os servidores, o serviço permitirá o deslocamento necessário para a realização de atividades de capacitação, supervisão de projetos, parcerias interinstitucionais e outras ações que estão em consonância com os objetivos estratégicos definidos no PDI.

Além disso, o aluguel de veículos contribuirá para a promoção de uma gestão mais eficiente dos recursos institucionais, evitando a necessidade de manutenção de uma frota própria, com custos associados de manutenção, depreciação e logística. O serviço atenderá as necessidades de todas as unidades do IFSULDEMINAS, incluindo os campi de Machado, Muzambinho, Inconfidentes, Poços de Caldas, Passos, Pouso Alegre e Carmo de Minas, de forma a garantir a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas de maneira eficaz e segura, em conformidade com as metas estabelecidas para o período de 2024 a 2028.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de serviços de locação de veículos por quilômetro rodado com motorista para a Reitoria do IFSULDEMINAS e suas unidades, por meio de Ata de Registro de Preços mediante Pregão Eletrônico, deverá atender às exigências específicas da instituição, buscando garantir segurança, conforto, sustentabilidade e eficiência nos deslocamentos.

Os serviços deverão ser prestados conforme a demanda das atividades acadêmicas e administrativas, considerando o calendário acadêmico, eventos institucionais e planejamentos das áreas de ensino, pesquisa e extensão, sempre respeitando a disponibilidade orçamentária do Campus Três Corações.

Requisitos Específicos para a Execução dos Serviços:

1. Qualidade e Estado dos Veículos:

- 1.1 Todos os veículos disponibilizados deverão estar limpos e higienizados, garantindo um ambiente adequado para o transporte dos passageiros.
- 1.2 Os veículos deverão ser equipados com sistemas de rastreamento por GPS, proporcionando maior controle e segurança durante as viagens.
- 1.3 O estado de conservação dos veículos será criterioso, devendo estar em plenas condições de uso, com manutenções regulares e preventivas realizadas conforme as recomendações do fabricante, especialmente para deslocamentos de longa distância.
- 1.4 Veículos com bom aspecto de conservação, conforto e higiene são essenciais para assegurar o bem-estar dos usuários, sejam eles estudantes, servidores ou visitantes.

2. Sustentabilidade e Eficiência Energética:

- 2.1 Sempre que possível, deverá ser priorizada a utilização de veículos movidos a biodiesel ou outros combustíveis renováveis, promovendo a sustentabilidade ambiental e alinhando a prestação de serviços com as práticas de responsabilidade ambiental do IFSULDEMINAS.

3. Segurança e Seguros:

- 3.1 A contratada deverá garantir que todos os veículos sejam cobertos por seguro coletivo de passageiros, assegurando a proteção dos ocupantes durante os deslocamentos e reduzindo riscos para a instituição.
- 3.2 Será responsabilidade da contratada manter os veículos em conformidade com todas as exigências legais, como a regularidade da documentação, manutenção preventiva e verificação constante dos equipamentos de segurança.

4. Flexibilidade e Gestão da Prestação de Serviços:

- 4.1 O contratante definirá os locais de saída e de retorno, horários e itinerários, garantindo a personalização do serviço de acordo com as necessidades da instituição.
- 4.2 No ato da viagem, o contratante poderá recusar o veículo caso este não atenda aos requisitos estabelecidos, cabendo à contratada a substituição imediata por um veículo que satisfaça as condições exigidas.

Este processo de contratação deverá buscar o equilíbrio entre qualidade, custo e eficiência, alinhado às melhores práticas de mercado e visando atender às necessidades da Reitoria e de todas as unidades do IFSULDEMINAS de forma segura, sustentável e eficiente.

6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado consta como anexo neste Estudo Técnico Preliminar, cotação-resumido-166-2024, conforme estabelecido pela Instrução normativa 05/2017 e seus quantitativos estão baseados no preço unitário.

7. Descrição da solução como um todo

Intenção de Registro de Preços, por meio de Pregão Eletrônico, para homologação de Ata de Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos com motorista sob demanda, com fornecimento, de veículo, de combustível, motorista, manutenção e seguros, a contratação será remunerada pelo sistema de quilômetros rodados, para transporte coletivo de passageiros para atender às necessidades do IFSULDEMINAS. O endereço de partida para a contabilização deverá ser o da Reitoria do IFSULDEMINAS, Av. Vicente, Simões, 1111, Bairro Nova Pouso Alegre, CEP: 37553-465 e a descrição dos itens estão constantes na tabela abaixo:

1. TABELA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros	25089	Unidade	10.000

	sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.			
2	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista, tipo rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	2.000
3	Prestação de serviço de locação de van com motorista, tipo utilitário, dotado de 15 (quinze) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	2.000

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades, bem como o detalhamento dos itens estão descritos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	10.000	R\$ 12,31	R \$ 123.100,00
2	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista,	25089	Unidade	2.000	R\$ 8,51	R \$ 17.020,00

	tipo rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.					
3	Prestação de serviço de locação de van com motorista, tipo utilitário, dotado de 15 (quinze) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	2.000	R\$ 7,18	R \$ 14.360,00

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 154.480,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 154.480,00 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais), conforme custos unitários detalhados na Tabela do Item 8 - Estimativas das Quantidades a serem Contratadas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens serão parcelados em conformidade com as demandas de utilização, os quantitativos de passageiros e a disponibilidade orçamentária. A medição será sobre demanda com base nas quilometragens de ida e volta das localidades.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No IFSULDEMINAS, temos as contratações de prestação de serviços dos motoristas, mas com frota própria, esta contratação visa suprir a necessidade das unidades que ainda não possuem frota e tão pouco a contratação sob demanda para o transporte com o uso de motoristas contratados.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

Contratação Nº 158137-259/2024

DFD 162/2024

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados serão aqueles relacionados com as atividades de extensão da área de ensino, viabilizando as visitas técnicas dos estudantes dos cursos integrados e subsequentes ofertados pelo Campus, bem como, as funções meio da área administrativa, garantindo o deslocamento coletivo dos servidores para reuniões e cursos coletivos em outras localidades e campi do IFSULDEMINAS.

14. Providências a serem Adotadas

Esta contratação deverá ocorrer quando no quadro de veículos e motoristas da REITORIA não socorrerem as demandas para atendimento das atividades da instituição, para isso as demandas serão acompanhadas junto a planilha de marcação de viagens sendo que todas as demandas devem ocorrer com prazo médio de uma semana de antecedência.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A solução prevista engloba aspectos ambientais sustentáveis com a previsão da preferência para utilização de veículos modernos e de preferência com a utilização de combustíveis ecologicamente responsáveis, como o biodiesel e outros combustíveis de fontes renováveis, bem como a exigência de veículos modernos que são mais econômicos e menos poluentes.

Há ainda que se considerar que dentre os aspectos financeiros

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

No que tange as características do aspecto orçamentário e financeiro, trata-se de uma ação menos onerosa a administração pública, tendo em vista que ela é complementar e para usos emergenciais, não se tratando de uma contratação fixa e contínua no aspecto de sempre ser demandada e também de não se tratar de uma finalidade da administração pública, tendo em vista que esta já possui as contratações para os serviços de motoristas, abastecimento e manutenção de sua própria frota.

Em termos de fiscalização contratação no quadro de servidores junto a pasta da Diretoria de Materiais e Logística temos pessoas com capacidade de acompanhamento da prestação do serviço e também a sua devida prestação de contas.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIS ADRIANO BATISTA

Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais



Assinou eletronicamente em 26/08/2024 às 13:23:05.

REGINALDO DE OLIVEIRA

Diretor de Materiais e Logística



Assinou eletronicamente em 26/08/2024 às 19:21:46.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - cotação-resumido-166-2024.pdf (80.26 KB)

Anexo I - cotação-resumido-166-2024.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
166/2024	158137	Rascunho	LUIS ADRIANO BATISTA
Título:			
Observações:			
Total de itens cotados: 3		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 4.855.690,0000	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

25089 - Locação de Veiculos - Leves / Pesados / Com Motorista

UNIDADE

10000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 221,8966%

R\$ 8,0000

R\$ 98.273,3298

R\$ 346,8350

Desvio Padrão: 218.065,2190

Maior Preço: R\$ 1.037.000,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 9,8000	22/08/2024	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	86100	UNIDADE	R\$ 10,8000	22/08/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 8,0000	22/08/2024	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	54600	UNIDADE	R\$ 9,5000	22/08/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 9,3000	22/08/2024	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	98000	UNIDADE	R\$ 10,7000	22/08/2024	Sim
7	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 456,0000	21/08/2024	Sim
8	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	8	UNIDADE	R\$ 340,0000	21/08/2024	Sim
9	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	10	UNIDADE	R\$ 350,0000	21/08/2024	Sim
10	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	10	UNIDADE	R\$ 345,0000	21/08/2024	Sim
11	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	94	UNIDADE	R\$ 363,0000	21/08/2024	Sim
12	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	102	UNIDADE	R\$ 363,0000	21/08/2024	Sim
13	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	720	UNIDADE	R\$ 317,0000	21/08/2024	Sim

14		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	720 UNIDADE	R\$ 312,0000	21/08/2024	Sim
15		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 348,6700	21/08/2024	Sim
16		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000 UNIDADE	R\$ 320,0000	21/08/2024	Sim
17		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000 UNIDADE	R\$ 344,9900	21/08/2024	Sim
18		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 308,5000	21/08/2024	Sim
19		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 144,9200	21/08/2024	Sim
20		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 356,3200	21/08/2024	Sim
21		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 330,6000	21/08/2024	Sim
22		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1500 UNIDADE	R\$ 240,0000	21/08/2024	Sim
23		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 251,9900	21/08/2024	Sim
24		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 330,2200	21/08/2024	Sim
25		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1500 UNIDADE	R\$ 324,3200	21/08/2024	Sim
26		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000 UNIDADE	R\$ 235,0000	21/08/2024	Sim
27		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	5000 UNIDADE	R\$ 169,9900	21/08/2024	Sim
28		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000 UNIDADE	R\$ 208,0000	21/08/2024	Sim
29		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	500 UNIDADE	R\$ 279,9700	21/08/2024	Sim
30		PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150 UNIDADE	R\$ 439,0000	20/08/2024	Sim
31		PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150 UNIDADE	R\$ 363,0000	20/08/2024	Sim
32		PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150 UNIDADE	R\$ 310,0000	20/08/2024	Sim
33		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.247,0000	20/08/2024	Sim
34		ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 18.070,0000	20/08/2024	Sim
35		PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.800,0000	19/08/2024	Sim
36		PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.237,0000	19/08/2024	Sim
37		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 477.000,0000	16/08/2024	Sim
38		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 396.000,0000	16/08/2024	Sim
39		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.037.000,0000	16/08/2024	Sim
40		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 319.000,0000	16/08/2024	Sim
41		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 421.000,0000	16/08/2024	Sim
42		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 512.000,0000	16/08/2024	Sim
43		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 621.399,0000	16/08/2024	Sim
44		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 612.000,0000	16/08/2024	Sim
45		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	5 UNIDADE	R\$ 81.400,0000	14/08/2024	Sim
46		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18000 UNIDADE	R\$ 12,0000	14/08/2024	Sim
47		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 15.200,0000	13/08/2024	Sim
48		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 33.098,7000	09/08/2024	Sim

49	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 54.998,2000	09/08/2024	Sim
50	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 295.995,0000	09/08/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

25089 - Locação de Veículos - Leves / Pesados / Com Motorista

UNIDADE

2000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 221,8966%

Desvio Padrão: 218.065,2190

Maior Preço: R\$ 1.037.000,0000

R\$ 8,0000

R\$ 98.273,3298

R\$ 346,8350

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 9,8000	22/08/2024	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	86100	UNIDADE	R\$ 10,8000	22/08/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 8,0000	22/08/2024	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	54600	UNIDADE	R\$ 9,5000	22/08/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 9,3000	22/08/2024	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	98000	UNIDADE	R\$ 10,7000	22/08/2024	Sim
7	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 456,0000	21/08/2024	Sim
8	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	8	UNIDADE	R\$ 340,0000	21/08/2024	Sim
9	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	10	UNIDADE	R\$ 350,0000	21/08/2024	Sim
10	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	10	UNIDADE	R\$ 345,0000	21/08/2024	Sim
11	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	94	UNIDADE	R\$ 363,0000	21/08/2024	Sim
12	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	102	UNIDADE	R\$ 363,0000	21/08/2024	Sim
13	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	720	UNIDADE	R\$ 317,0000	21/08/2024	Sim
14	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	720	UNIDADE	R\$ 312,0000	21/08/2024	Sim
15	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 348,6700	21/08/2024	Sim
16	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000	UNIDADE	R\$ 320,0000	21/08/2024	Sim
17	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000	UNIDADE	R\$ 344,9900	21/08/2024	Sim
18	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 308,5000	21/08/2024	Sim
19	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 144,9200	21/08/2024	Sim
20	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 356,3200	21/08/2024	Sim
21	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 330,6000	21/08/2024	Sim
22	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1500	UNIDADE	R\$ 240,0000	21/08/2024	Sim
23	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 251,9900	21/08/2024	Sim

24		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 330,2200	21/08/2024	Sim
25		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1500 UNIDADE	R\$ 324,3200	21/08/2024	Sim
26		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000 UNIDADE	R\$ 235,0000	21/08/2024	Sim
27		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	5000 UNIDADE	R\$ 169,9900	21/08/2024	Sim
28		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000 UNIDADE	R\$ 208,0000	21/08/2024	Sim
29		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	500 UNIDADE	R\$ 279,9700	21/08/2024	Sim
30		PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150 UNIDADE	R\$ 439,0000	20/08/2024	Sim
31		PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150 UNIDADE	R\$ 363,0000	20/08/2024	Sim
32		PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150 UNIDADE	R\$ 310,0000	20/08/2024	Sim
33		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.247,0000	20/08/2024	Sim
34		ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 18.070,0000	20/08/2024	Sim
35		PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.800,0000	19/08/2024	Sim
36		PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.237,0000	19/08/2024	Sim
37		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 477.000,0000	16/08/2024	Sim
38		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 396.000,0000	16/08/2024	Sim
39		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.037.000,0000	16/08/2024	Sim
40		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 319.000,0000	16/08/2024	Sim
41		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 421.000,0000	16/08/2024	Sim
42		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 512.000,0000	16/08/2024	Sim
43		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 621.399,0000	16/08/2024	Sim
44		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 612.000,0000	16/08/2024	Sim
45		ESTADO DO MARANHAO - Compras. gov.br	5 UNIDADE	R\$ 81.400,0000	14/08/2024	Sim
46		COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	18000 UNIDADE	R\$ 12,0000	14/08/2024	Sim
47		ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	12 UNIDADE	R\$ 15.200,0000	13/08/2024	Sim
48		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 33.098,7000	09/08/2024	Sim
49		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 54.998,2000	09/08/2024	Sim
50		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 295.995,0000	09/08/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
25089 - Locação de Veículos - Leves / Pesados / Com Motorista		UNIDADE	2000
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	 Mediana	Coefficiente de Variação: 221,8966%
R\$ 8,0000	R\$ 98.273,3298	R\$ 346,8350	Desvio Padrão: 218.065,2190
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 1.037.000,0000

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 9,8000	22/08/2024	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	86100	UNIDADE	R\$ 10,8000	22/08/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 8,0000	22/08/2024	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	54600	UNIDADE	R\$ 9,5000	22/08/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	27000	UNIDADE	R\$ 9,3000	22/08/2024	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	98000	UNIDADE	R\$ 10,7000	22/08/2024	Sim
7	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 456,0000	21/08/2024	Sim
8	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	8	UNIDADE	R\$ 340,0000	21/08/2024	Sim
9	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	10	UNIDADE	R\$ 350,0000	21/08/2024	Sim
10	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	10	UNIDADE	R\$ 345,0000	21/08/2024	Sim
11	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	94	UNIDADE	R\$ 363,0000	21/08/2024	Sim
12	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	102	UNIDADE	R\$ 363,0000	21/08/2024	Sim
13	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	720	UNIDADE	R\$ 317,0000	21/08/2024	Sim
14	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	720	UNIDADE	R\$ 312,0000	21/08/2024	Sim
15	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 348,6700	21/08/2024	Sim
16	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000	UNIDADE	R\$ 320,0000	21/08/2024	Sim
17	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000	UNIDADE	R\$ 344,9900	21/08/2024	Sim
18	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 308,5000	21/08/2024	Sim
19	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 144,9200	21/08/2024	Sim
20	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 356,3200	21/08/2024	Sim
21	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 330,6000	21/08/2024	Sim
22	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1500	UNIDADE	R\$ 240,0000	21/08/2024	Sim
23	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 251,9900	21/08/2024	Sim
24	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2000	UNIDADE	R\$ 330,2200	21/08/2024	Sim
25	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1500	UNIDADE	R\$ 324,3200	21/08/2024	Sim
26	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000	UNIDADE	R\$ 235,0000	21/08/2024	Sim
27	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	5000	UNIDADE	R\$ 169,9900	21/08/2024	Sim
28	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000	UNIDADE	R\$ 208,0000	21/08/2024	Sim
29	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	500	UNIDADE	R\$ 279,9700	21/08/2024	Sim
30	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R\$ 439,0000	20/08/2024	Sim
31	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R\$ 363,0000	20/08/2024	Sim
32	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R\$ 310,0000	20/08/2024	Sim

ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.

33	I	gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.247,0000	20/08/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 18.070,0000	20/08/2024	Sim
35	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.800,0000	19/08/2024	Sim
36	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.237,0000	19/08/2024	Sim
37	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 477.000,0000	16/08/2024	Sim
38	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 396.000,0000	16/08/2024	Sim
39	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.037.000,0000	16/08/2024	Sim
40	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 319.000,0000	16/08/2024	Sim
41	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 421.000,0000	16/08/2024	Sim
42	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 512.000,0000	16/08/2024	Sim
43	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 621.399,0000	16/08/2024	Sim
44	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 612.000,0000	16/08/2024	Sim
45	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	5 UNIDADE	R\$ 81.400,0000	14/08/2024	Sim
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18000 UNIDADE	R\$ 12,0000	14/08/2024	Sim
47	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 15.200,0000	13/08/2024	Sim
48	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 33.098,7000	09/08/2024	Sim
49	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 54.998,2000	09/08/2024	Sim
50	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 295.995,0000	09/08/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 23/08/2024 16:38

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Anexo III - ETP51_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 51/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23344.001105.2024-76

2. Objeto

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA O IFSULDEMINAS - CAMPUS INCONFIDENTES

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇO E INFRAESTRUTURA	MARCOS ROBERTO DOS SANTOS

4. Descrição da necessidade

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA IFSULDEMINAS CAMPUS INCONFIDENTES

Contratação de serviços de locação de veículos para o Campus Inconfidentes para suprir necessidade de transporte coletivo para atendimento das demandas das visitas técnicas dos PPCs dos cursos ofertados pelo campus e os eventuais deslocamentos de alunos e servidores para realização de atividades esportivas, participação em cursos, reuniões e treinamentos.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de serviços de locação de veículos por quilômetro rodado com motorista para o Campus Inconfidentes, por meio de Ata de Registro de Preços por intermédio do Pregão Eletrônico.

Os serviços deverão ser prestados conforme a demanda da instituição, alinhadas ao calendário acadêmico e aos planejamentos das áreas de administração e de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à disponibilidade orçamentária.

Caberá ao contratante definir os locais e os horários de saída e de retorno, bem como a aceitação ou não, no ato da viagem, do veículo apresentado para prestação dos serviços.

Deverão ser observados para execução dos serviços, além de outras exigências legais:

- 1 - Apresentação de Veículo limpo e higienizado.
- 2 - Os veículos deverão estar equipados com sistema de rastreamento.
- 3 - Os veículos deverão estar em plenas condições de uso para deslocamentos de longas distâncias, com as manutenções em dia e bom aspecto de conservação, conforto e higiene,
- 4 - Deverão ser consideradas nos aspectos de sustentabilidade, se possível, veículos pesados movidos à biodiesel ou combustíveis renováveis.
- 5 - A manutenção veicular deve estar em dia, conforme recomendado pelo fabricante dos veículos.
- 6 - A contratada deverá apresentar seguro coletivo para os passageiros.

6. Levantamento de Mercado

Ata de Registro de Preços nº 032/2021

Processo Licitatório nº 022/2021 Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 016/2021

Tipo: Menor preço por item

Vigência: 12 (doze) meses Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

OBJETO A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM COMBUSTÍVEL, MOTORISTA E SISTEMA DE RASTREAMENTO, ATRAVÉS DO REGIME DE QUILOMETRO RODADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG, conforme especificações constantes do Anexo Único desta Ata de Registro de Preços, e mediante expedição, pelo CONTRATANTE, da competente ordem de serviço.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2020 – SEAD/GEACPROCESSO Nº 201900005012848 ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO ESPECÍFICO PARA MONITORAMENTO DE VEÍCULO EM TEMPO REAL (RASTREADOR), MANUTENÇÃO, LIMPEZA, SEGURO E QUILOMETRAGEM LIVRE, ATENDENDO A NECESSIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, PELO PERÍODO DE 20 (VINTE) MESES, PRORROGÁVEIS ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES, CONFORME ART. 57, INC. II DA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 8666 /93 EM QUANTIDADES DESCRITAS NESTE TERMO

7. Descrição da solução como um todo

Intenção de Registro de Preços, por meio de Pregão Eletrônico, para homologação de Ata de Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos com motorista sob demanda, com fornecimento de combustível e remunerado pelo sistema de quilômetros rodados, para transporte coletivo de passageiros para atender às necessidades do Campus Inconfidentes, conforme itens constantes na tabela abaixo:

1. TABELA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	8.000
2	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista, tipo	25089	Unidade	2.000

	rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.			
--	--	--	--	--

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades, bem como o detalhamento dos itens estão descritos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, tipo rodoviário, com sanitário, dotado de 46 (quarenta e seis) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	8.000	R\$ 12,31	R\$ 98.480,00
2	Prestação de serviço de locação de micro-ônibus com motorista, tipo rodoviário, dotado de 31 (trinta e um) lugares para passageiros sentados, em poltronas reclináveis e com cinto de segurança. Deslocamento mínimo de 50 km.	25089	Unidade	2.000	R\$ 8,51	R \$ 17.020,00

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 115.500,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 115.500,00 (cento e quinze mil, quinhentos reais), conforme custos unitários detalhados na Tabela do Item 8 - Estimativas das Quantidades a serem Contratadas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens serão parcelados em conformidade com as demandas de utilização, os quantitativos de passageiros e a disponibilidade orçamentária. A medição será sobre demanda com base nas quilometragens de ida e volta das localidades.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existe contratação correlata para os itens no Campus Inconfidentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024. Contratação nº 158305-18/2024.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados serão aqueles relacionados com as atividades de extensão da área de ensino, viabilizando as visitas técnicas dos estudantes dos cursos integrados e subsequentes ofertados pelo Campus, bem como, as funções meio da área administrativa, garantindo o deslocamento coletivo dos servidores para reuniões e cursos coletivos em outras localidades e campi do IFSULDEMINAS.

14. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem tomadas para execução desta contratação

15. Possíveis Impactos Ambientais

A solução prevista engloba aspectos ambientais sustentáveis com a previsão da preferência para utilização de veículos modernos e de preferência com a utilização de combustíveis ecologicamente responsáveis, como o biodiesel e outros combustíveis de fontes renováveis, bem como a exigência de veículos modernos que são mais econômicos e menos poluentes.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A justifica para viabilidade da contratação, é atender as demandas do Campus Inconfidentes

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS ROBERTO DOS SANTOS

Coordenador de Serviço e Infraestrutura



Assinou eletronicamente em 05/08/2024 às 16:41:24.

CPF: 10.040.339/0001-30

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar 51/2024 UASG 158305

Assunto: Estudo Técnico Preliminar 51/2024 UASG 158305
Assinado por: Wanderson Rodrigues
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Wanderson Rodrigues da Silva**, COORDENADOR(A) GERAL - CD4 - IFS - CGAF-INC, em 06/08/2024 16:05:59.

Este documento foi armazenado no SUAP em 06/08/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 570843
Código de Autenticação: 9f67604709

